

8º FÓRUM DE EXTENSÃO E CULTURA DA UEM

CONHECIMENTOS E CULTURA GUARANI NHANDewa NO PARANÁ: POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS PARA AS ESCOLAS INDÍGENAS

Tiscianne Cavalcante de Alencar¹

Keros Gustavo Mileski²

Rosângela Célia Faustino³

Maria Simone Jacomini Novak⁴

Vanessa de Souza Lança⁵

Salientando as diferentes maneiras pelas quais a cultura indígena foi e é utilizada na educação escolar indígena, apresenta-se o projeto de extensão “*Ouvir dos Velhos, Contar aos Jovens: Memórias, Histórias e Conhecimentos Guarani Nhandewa do Paraná*”, que objetiva revitalizar a memória dos velhos falantes da língua guarani, por meio de diferentes registros que, sistematizados e organizados, proporcionam um diálogo entre as diferentes culturas envolvidas na escola das comunidades indígenas. Os registros priorizam conhecimentos tradicionais indígenas, repassados oralmente e aprofundam estratégias para o letramento em língua portuguesa, direito garantido e necessário à cidadania indígena na atualidade.

Palavras-chave: Índios Guarani. Educação Escolar Indígena. Cultura.

Área temática: Educação.

Coordenadora do projeto: Rosângela Célia Faustino, rcafaustino@uem.br, Departamento de Teoria e Prática da Educação, Universidade Estadual de Maringá.

Introdução

Relacionada diretamente às políticas públicas governamentais, a educação escolar para os indígenas, se observada em seus processos históricos, configurou-se por diferentes prerrogativas. Grizzi & Silva (1981, p.16), apontam que “A educação para o índio jamais é neutra, e qualquer projeto está sempre orientado por uma política básica (...)”.

Estes direcionamentos resultaram em metodologias, materiais e técnicas pedagógicas específicas a cada momento, que se relacionam de diferentes maneiras com as culturas da população indígena. Historicamente implementou-se um projeto colonizador e integracionista, no qual, a educação ocupou-se a instruir os indígenas ao abandono de suas culturas e seus modos próprios de organização,

¹ Acadêmica do curso de Letras, Universidade Estadual de Maringá. Pesquisadora do Programa Interdisciplinar de Estudos de Populações/UEM.

² Recém-formado em Educação Física pela Universidade Estadual de Maringá. Pesquisador do Programa Interdisciplinar de Estudos de Populações/UEM.

³ Doutora em Educação, Departamento de Teoria e Prática da Educação, Universidade Estadual de Maringá. Pesquisadora do Programa Interdisciplinar de Estudos de Populações/UEM.

⁴ Mestre em Educação, Departamento de Fundamentos da Educação, Universidade Estadual de Maringá. Pesquisadora do Programa Interdisciplinar de Estudos de Populações/UEM.

⁵ Acadêmica do curso de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá. Pesquisadora do Programa Interdisciplinar de Estudos de Populações/UEM.

visando à aceitação dos costumes do conquistador. Weigel & Ramos (1993, p.285), a partir da discussão das origens da educação para os indígenas habitantes da região do Alto Rio Negro, citam que religiosos salesianos criaram “núcleos de civilização” para meninos e meninas, contando, inclusive, com a mão-de-obra indígena para a instalação dos prédios⁶. Em outro estudo, Faustino (2006, p.29) sintetiza:

A política educacional do período era concernente ao modelo de colonização conduzido pela metrópole portuguesa e tinha um caráter moralista, sendo prioridade educativa dos padres jesuítas inserir nas culturas pagãs do “novo mundo” noções de civilidade, de ordem, de disciplina, de respeito à hierarquia e de obediência aos dogmas cristãos.

Mesmo por meio desta breve recuperação teórica, é saliente a pouca ou nenhuma relevância da cultura das populações indígenas para os agentes colonizadores e suas instituições. Sob este pensamento, na segunda metade do século XVIII, as ações delineadas pelo Marquês de Pombal (ministro Sebastião José de Carvalho e Melo) visando à “extinção das diferenças entre índios e brancos” (GARCIA, 2007, p. 24) pautavam-se não pela utilização de ações bélicas, mas principalmente pela eliminação das práticas das culturas indígenas, com especial atenção à substituição da língua indígena pela língua portuguesa. Mota (1998, p.3) ao analisar a situação no Paraná colonial (1853-1889), já indicara que “Para realização dessa dominação [da maioria autóctone], os conquistadores recorrem tanto à força como a um conjunto de valores, normas e comportamentos”.

Já no final do século XIX e na primeira metade do século XX, há uma reelaboração, para as instituições políticas, dos conceitos utilizados no tocante às populações indígenas. Segundo Faustino (2009, p.15), “Os positivistas defendiam políticas mais “brandas” de tratamento aos índios, considerando que eles poderiam ser promovidos do *estado primitivo* em que viviam para alcançarem a *civilização*.” Nesse sentido, as culturas dos povos indígenas permaneciam indicadas, em documentos e em políticas públicas, em patamares inferiores, sendo consideradas como obstáculos – aos próprios indígenas – ao acesso de formas mais elaboradas e adequadas de pensamento. Extingui-las, portanto, seria uma consequência natural, já que dos indígenas não se sabia o passado e a assimilação era vislumbrada como o único futuro. (MOTA, 1998, p.1).

Com isto se demonstra que o caráter civilizatório da educação destinada aos indígenas não se alterou mesmo com as transformações políticas mais significativas de nossa sociedade no decorrer do século XX.

Outras instituições religiosas, como o SIL – *Summer Institute of Linguistics* que atuou prioritariamente a partir dos anos de 1960 – foram benquistas para coordenar a educação escolar visando à integração indígena.

Com a crise estrutural do capitalismo (a partir da década de 1970) e a implantação do neoliberalismo, as políticas públicas educacionais para os indígenas foram reelaboradas e os elementos culturais dos grupos étnicos começaram a ser apontados sob os preceitos do multiculturalismo e da interculturalidade. Em linhas gerais, “observa-se a reformulação dos parâmetros de atuação com a apropriação de diversas demandas indígenas e o direcionamento do discurso que começou a dar

⁶ Tal evento, relacionado a meados de 1915, apesar de não situado nas primeiras relações entre indígenas e brancos no atual território brasileiro, fundamenta-se no mesmo princípio assimilatório e indica a permanência de muitos desses preceitos em diferentes momentos históricos.

ênfase à cultura, aos etnoconhecimentos, ao direito à diferença e à diversidade cultural.” (FAUSTINO, 2006, p.156).

Na década de 1990, institucionalizou-se um novo discurso sobre a necessidade do redirecionamento teórico metodológico para a educação escolar destinada aos povos indígenas. A cultura e os métodos próprios de aprendizagem passam a tomar um lugar central – como na Constituição Federal, o documento “Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena” (MEC, 1993), Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996, em seu artigo 78), Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (1998).

Com uma política favorável ao reconhecimento e valorização cultural indígena, os governos passaram a elaborar políticas públicas de incentivo ao estabelecimento de projetos que articulam cultura e educação visando à ampliação das estratégias indígenas de revitalização e salvaguarda de suas tradições.

Nesse sentido, o projeto de extensão “Ouvir dos Velhos, Contar aos Jovens: Memórias, Histórias e Conhecimentos Guarani Nhandewa no Paraná”, financiado pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior via Programa Universidade Sem Fronteiras, focaliza e objetiva fortalecer as heranças culturais indígenas, por meio do registro e disseminação dos conhecimentos milenares repassados oralmente entre os grupos Guarani Nhandewa do Paraná das terras indígenas Laranjinha, Pinhalzinho, Iwyporã e Araywerá.

Metodologia

Trazendo como proposta metodológica da etno-história, adotada como linha mestra, busca-se a mobilização das comunidades para o tema, a realização de entrevistas com o suporte da história oral que proporciona uma maior abrangência no registro das memórias indígenas, considerando os aspectos da organização sócio-cultural dos grupos envolvidos. O trabalho desenvolvido possui também o auxílio dos aportes da metodologia participativa, possibilitando o alcance amplo de dimensões sócio-culturais e reconhecimento dos índios como protagonistas, sujeitos portadores de conhecimentos e experiências que necessitam ser compreendidas, respeitadas e, por vezes, revitalizadas.

A participação da comunidade ocorre por meio do diálogo, registros, discussões e ações educativas, possibilitando uma melhor compreensão da realidade e contribuindo para a geração de conhecimento significativo e uma prática educativa intercultural que abrange conhecimentos tradicionais e conhecimentos científicos.

A atividade de investigação/formação se converte em uma instância na qual os agentes enfrentam em comum os problemas com seus respectivos marcos de referência para analisá-los e cujo resultado contribui para compreender, tomar consciência da natureza dos problemas e dos caminhos possíveis para superá-los. Trata-se de um processo contínuo no qual se relacionam diferentes momentos e etapas de ações centradas no diálogo orientado por alguns tópicos específicos e em um determinado nível de profundidade alcançado por meio de técnicas de investigação e atividades de disseminação.

As atividades compreendem quatro momentos, sendo estes: a **Revitalização da memória**, a **Sistematização dos materiais coletados**, a **Disseminação das histórias entre crianças e jovens das aldeias** e a **Organização de material para publicação**. Explicitando melhor estes momentos, temos a **Revitalização da memória**, o momento em que são realizadas entrevistas semi-dirigidas com os moradores mais velhos das Terras Indígenas Guarani Nhandewa no Norte do Paraná, registradas por meio de filmagens e fotografias.

A **Sistematização dos materiais coletados** é o processo mediante o qual a equipe trabalha para sistematizar as informações coletadas, ouvi-las diversas vezes, registrá-las na forma escrita, organizando-as com boa apresentação gráfica (cartazes, textos, etc.) para serem apresentadas aos jovens em forma de oficinas pedagógicas. Desta forma passamos à **Disseminação das histórias**, momento em que as histórias serão apresentadas de forma lúdica (metodologia da contar histórias, dramatização) entre crianças e jovens residentes nas Terras Indígenas Guarani Nhandewa do Norte do Paraná, sendo orientados para que as compreendam, discutam e ilustrem, visando à publicação de um material coletivo que servirá de apoio ao letramento e à alfabetização nas escolas da comunidade. Por fim temos a **Organização de material para publicação**, etapa técnica que produzirá uma publicação para as comunidades acerca da memória dos velhos Guarani Nhandewa falantes da língua nativa.

Discussão de Resultados

Desde abril de 2009, a equipe – que abrange diversas áreas acadêmicas, considerando assim o caráter multi e interdisciplinar – realizou formação específica em antropologia, etnologia, linguística e educação, por meio de grupo de estudos institucionalizado e realizado quinzenalmente. Tal preocupação deve-se à especificidade da questão indígena e à complexidade dos temas que se apresentam nos trabalhos de campo nas terras indígenas e de sistematização do conhecimento científico. Foram realizadas reuniões com os parceiros do Projeto e diversas visitas às comunidades visando maior conhecimento de campo bem como a preparação das ações em desenvolvimento.

Além dos estudos, cursos, reuniões, visitas, levantamentos e organização de materiais para o trabalho, a equipe esteve envolvida também na organização de dois eventos acadêmicos, o II Encontro de Educação Superior Indígena no Paraná (setembro de 2009) e o I Seminário Estadual de Licenciaturas Interculturais (outubro de 2009). Ambos eventos foram voltados à discussão acerca da educação escolar indígena e contaram com a participação de lideranças e acadêmicos indígenas, pesquisadores de diversas instituições de ensino superior e representantes de diferentes instâncias governamentais.

No início de 2010 (dias 06 e 07 de abril de 2010) foi realizada a I Oficina dos *Tudja* Guarani, na Universidade Estadual de Maringá, com a participação de seis idosos e um professor indígena, reconhecidos como os sábios das comunidades Laranjinha, Iwyporã e Araywerá. Registradas por meio de filmagem, fotografias e transcrições de áudios, as histórias contadas em língua portuguesa e língua guarani trouxeram diferentes temas, como os mitos guarani, a utilização de ervas medicinais, as concepções de mundo dos antigos, os costumes e hábitos alimentares, as formas de trabalho, as danças e crenças. De igual maneira, o cronograma de realização das oficinas pedagógicas com as crianças foi estabelecido e autorizado pelas comunidades, e ocorrerá no decorrer do ano de 2010.

Conclusões

Em diversos momentos, seja no âmbito acadêmico ou no senso comum, os questionamentos acerca das culturas indígenas parecem cerceados pela concepção equivocada de se ter a cultura como um elemento estático. Conforme Laraia (2009, p.96), “É praticamente impossível imaginar a existência de um sistema cultural que seja afetado apenas pela mudança interna.” Do mesmo modo, o acesso ao letramento e à numeracia – ou seja, à escolarização – é um direito garantido aos

indígenas e que proporciona um maior acesso à cidadania plena e a melhoria na qualidade de vida.

Assim, para que os jovens indígenas possam estabelecer diálogos profícuos entre os conhecimentos tradicionais e as novas tecnologias de uma maneira igualitária, torna-se necessária a intervenção sistematizada no âmbito escolar, valorizando a cultura guarani e proporcionando o acesso a uma pedagogia que proporcione um maior entendimento do papel da escrita na transmissão dos etnoconhecimentos e dos conhecimentos científicos.

Referências

GARCIA, Elisa Frühauf. O projeto pombalino de imposição da língua portuguesa aos índios e a sua aplicação na América meridional. **Tempo**, Niterói, v. 12, n. 23, 2007. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042007000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 30/Maio/2010. doi: 10.1590/S1413-77042007000200003.

GRIZZI, Dalva Carmelina Sampaio; SILVA, Aracy Lopes da. A Filosofia e a Pedagogia da Educação Indígena: Um Resumo dos Debates. IN: COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO(SP). **A questão da educação indígena**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FAUSTINO, Rosangela Célia. **Política educacional nos anos de 1990: o multiculturalismo e a interculturalidade na educação escolar indígena**. Tese (Doutorado em Educação). PPGE/UFSC: Florianópolis, 2006.

_____. Educação escolar, bilingüismo e práticas pedagógicas em escolas indígenas kaingang no Paraná. IN: MOREIRA, Luiz Felipe Viel; GONÇALVES, José Henrique Rollo (orgs.) **Etnias, Espaços e Ideias: Estudos Multidisciplinares**. Curitiba: Instituto Memória, 2009.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 23 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

MOTA, Lucio Tadeu. **O aço, a cruz e a terra: índios e brancos no Paraná provincial (1853-1889)**. Tese (Doutorado em História). Unesp: Assis, 1998.

WEIGEL, Valéria Augusta; RAMOS, José Ademir. O Processo Educativo dos Internatos para os Índios do Alto Rio Negro – Amazonas. IN: SEKI, Lucy (org.) **Linguística Indígena e Educação na América Latina**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993. (Coleção Momento)